

TRANSVERSALIDADE NA PRÁTICA EM POLÍTICA PÚBLICA: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA EM SÃO PAULO

MICHELLE BORGES MIRANDA¹

JORGE MACHADO²

“E aí nós reunimos várias áreas de governo para o atendimento dessa população (...) Na educação nós temos o quê? O que nós identificamos era EJA³, então nós fomos falar com a EJA. Na saúde o que a gente precisava? Da imunoterapia. Nós fomos tratar com o serviço especializado da Atenção Básica que pudesse absorver isso e por aí foi. Então a gente reuniu os serviços públicos já existentes (...) Eu fui pactuar esses fluxos, Secretaria a Secretaria, porque nós pensamos em construir o Programa de baixo para cima e não de cima para baixo. (Symmy Larrat, ex-Coordenadora do programa TransCidadania).

INTRODUÇÃO

É um grande desafio responder à complexidade de problemas que afligem grupos historicamente discriminados como mulheres, pessoas negras, portadores de deficiência, idosos, indígenas, LGBTQIA⁴, e – como foco deste trabalho – transexuais e travestis. É necessário um olhar multi e transdisciplinar para conseguir uma melhor resposta às demandas desses grupos tomados como exemplo.

Lidar com a complexidade da realidade social é um desafio à cultura do insulamento burocrático que ainda aflige a gestão pública. Isso que gera ineficiência e inclusive insensibilidade no atendimento a demandas sociais. Outro problema é falta de participação da população-alvo da política que lhe afetará. Os que sentem na pele um problema social, podem contribuir decisivamente na construção de políticas para saná-lo.

1. Mestranda em Mudança social e participação política na EACH/USP.

2. Professor livre docente do curso Gestão de Políticas Públicas na EACH/USP.

3. EJA – Educação de Jovens e Adultos.

4. LGBTQIA: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgeneros, Queer, Intersexos e Ageneros.

Nesse sentido, o Programa TransCidadania surge como um excelente exemplo de intersetorialidade com agenciamento da própria comunidade afetada pela política. Criado pela Prefeitura de São Paulo em 29 de janeiro de 2015 e administrado pela Coordenação de Políticas LGBT (CPLGBT) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o TransCidadania funciona como um programa de reinserção social e promoção da cidadania para pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.

Neste texto, descrevemos a implementação do programa e analisamos as inovações que ele traz. Os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa qualitativa e exploratória mais ampla de dissertação mestrado, realizada entre março de 2015 e dezembro de 2016, na sede do programa TransCidadania. Isso inclui o acompanhamento de atividades realizadas (observação participante) pelo programa com os participantes, análise de documentos oficiais da prefeitura e do programa e entrevistas com gestores, equipe técnica e participantes do TransCidadania.

Por permitir uma visão mais multifacetada, a transversalidade mostra-se como uma alternativa viável como conceito e ferramenta para tratar de problemas complexos. É isso que apontam vários estudos no Brasil e no exterior, em diversas áreas como saúde pública, inovação tecnológica, segurança pública, atenção à refugiados, combate às drogas e educação (Silva, 2011; Serra, 2004, Cooke, 2011; Shannon & Schmidt, 2002; Lock & Mckee, 2005; Harris, E; Wise, M; Hawe, P; Finlay, P; Nutbeam, 1995; Jaafar, Suhaili *et al.* 2007; Public Health Agency of Canada, 2007; Solar, Valentine *et al.* 2009; Torgersen, Giæver & Stigen 2007; Rudolph, Caplan *et al.*, 2013, Natalino, 2009). No Brasil, elas foram aplicadas com êxito em políticas públicas sociais no âmbito federal em questões da mulher, igualdade racial e combate à pobreza. Na cidade de São Paulo também foi aplicada à inclusão de pessoas com deficiência, para imigrantes, LGBTQIA e em transparência e controle social. Embora, não seja exatamente uma novidade, exemplos de transversalidade constituem espécies de ilhas em meio ao oceano da administração pública.

A transversalidade nas políticas públicas promove a interação e diálogo entre departamentos, secretarias e ministérios, onde se avaliam demandas, conhecimentos, recursos e técnicas disponíveis em cada setor ou órgão que possam ser mobilizadas para a realização de ações conjuntas de modo a alcançar um resultado mais abrangente e efetivo. Assim, diferentes atores, cada qual com dentro da sua especialidade, mobilizam seus recursos sobre um objetivo comum. Com isso surgem novas formas de cooperação de atores públicos, frequentemente envolvendo também atores sociais.

POR QUE TRATAR SOBRE TRANSVERSALIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS TRANS*?

As pessoas trans*⁵ sofrem com a dificuldade de terem sua identidade reconhecida nas mais diversas sociedades ocidentais e orientais. Pessoas trans* ainda são tipificadas como doentes de acordo com a Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso torna a luta por políticas públicas para esses setores do movimento ainda mais difícil, pela resistência de gestores em e investir em políticas para essa população “invisível” (Bento & Pelucio, 2012: 569).

O desenvolvimento de uma política passa não apenas pela esforço na construir da transversalidade - com toda a resistência cultural da administração pública -, como em também no reconhecimento da diferença, onde preconceito é um grande desafio a ser vencido. Por outro lado, executar uma política transversal para pessoas trans*, pode ser uma atrativo quando se trata de modernização e desenvolvimento de novas práticas no campo das políticas públicas que incluem ações de visibilização e inclusão de grupos historicamente desamparados pelo Estado.

De acordo com Macedo (2008: 1163), quando falamos de transversalidade para políticas de gênero e raça, encontra-se resistência entre gestores, principalmente no que tange a compreender a relevância do tema, ou em como transformar os conceitos teóricos em prática cotidiana, incorporando-as na agenda da gestão e administração. O Transcidadania surgiu da necessidade de transformar a visão tradicional de política pública, dentro de um modelo de gestão que levasse os serviços públicos a quem os necessitava. Segundo Symmy Larrat, ex-coordenadora do programa TransCidadania:

“Quando a gente começou a pensar o Transcidadania, eu ainda nem estava em São Paulo, mas eu participei de algumas discussões, primeiro que foi uma encomenda do prefeito. Então, ele realmente tem a ver com o modelo de gestão que a gente queria aplicar na cidade, que era um modelo de gestão que tratasse, pela primeira vez, de pessoas que nunca foram recebidas pelo serviço público na cidade de São Paulo e pessoas trans* era um desse público, além de LGBT, então essa foi uma encomenda do prefeito.” (Symmy Larrat, ex-coordenadora do programa TransCidadania).

5. De acordo com o dicionário de Leticia Lanz, o termo Trans* com asterístico refere-se a todo sujeito que tem a identidade de gênero não reconhecida dentro da lógica binária homem-mulher (Lanz, 2016).

Cabe dizer que embora existam políticas transversais para mulheres, as pessoas trans* não se encaixam no conceito de “mulher” - ou de seu “oposto”, “homem”. A população trans* é tão ou mais vulnerável que as mulheres e tem frequentemente seus direitos como cidadãs negados. Pode-se afirmar que a violência que estão submetidas nega-lhes o próprio direito de expressar-se livremente enquanto ser que ousa romper a lógica binária da sociedade. Essa população compartilha experiências semelhantes, como bem sintetiza Bento: transexuais e travestis frequentemente são “expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais”, além de ter que entrar na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo” (Bento, 2011: 549).

A vulnerabilidade social que as travestis estão expostas deriva também da ausência de políticas públicas que atendam suas demandas básicas como acesso à educação, saúde pública, registro de nome social e ao mercado de trabalho. Embora cada grupo tenha suas singularidades, a realidade de negação de direitos e violência é comum entre travestis e mulheres e homens transexuais. Segundo o relatório *Transrespect versus Transphobia* referente a 2014-15 da Transgender Europe⁶, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans* no mundo. Esses dados, entretanto, estão longe de refletir a realidade – que é bem mais assustadora. Se consideramos levantamentos não-oficiais, como o que o Grupo Gay da Bahia faz com dados da imprensa, os números são bem maiores maiores devido à não tipificação de casos como homofobia, transfobia e lesbofobia pela polícia (Facchini, 2016: 34).

TRANSVERSALIDADE EM POLÍTICAS TRANS*: A PRÁTICA DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA

O TransCidadania é um programa social desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo durante gestão do Prefeito Fernando Haddad. Criado pelo Decreto nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015, foi realizado a partir de parcerias entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE).

O programa fez parte das metas do Plano de Governo Haddad “Um tempo novo para São Paulo” (2013-2016), fazendo parte do capítulo “Direito à Diversidade Sexual”. Este por sua vez, estava associado ao Plano Municipal de

6. O Transgender Europe é uma rede internacional de diversas organizações de pessoas transgêneras, que visam combinar ações e combater a discriminação por transfobia. <http://tgeu.org/> link para relatório http://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/08/TvT_research-report_ES_.pdf

Combate à Homofobia, elaborado entre 2008 e 2011 durante as conferências municipais LGBT.

O plano de governo da Prefeitura de São Paulo de 2012 previa ações para a população LGBT nas áreas da saúde, educação, segurança, cultura, nome social, criação de Centros de Referência e Combate à Homofobia – com advogados, psicólogos e assistentes sociais. Além disso, previu equipar a Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS) de recursos humanos e orçamentários, entre outras ações.

O programa TransCidadania promove ações educativas como curso de direitos humanos e cidadania, educação formal, apoio e assistência psico-social, além de acompanhamento jurídico e hormonal para aquelas que assim desejarem. A implementação do programa, revela a aplicação da transversalidade na prática, através do envolvimento de diversos órgãos da administração em áreas que se relacionam diretamente as necessidades da população trans.

Cada ciclo do programa TransCidadania foi desenhado para ter uma duração de dois anos. Esse é o prazo máximo de permanência de cada turma inserida no programa. Nesse período as participantes de beneficiam da parceria com o Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE), que visa a transferência de renda através de uma bolsa salário. Em contrapartida as participantes do programa cumprem uma carga horária específica de dedicação exclusiva às atividades do programa TransCidadania.

De acordo com a ex-coordenadora do programa Symmy Larrat, o desenho do programa foi resultado de articulações que envolveram servidores técnicos, militantes partidários, ativistas, pesquisadores e pessoas ligadas ao movimento LGBT, bem como os resultados dos subsídios das discussões realizadas nas Conferências Municipais LGBT.

O fato do TransCidadania ter sido um dos principais programas da gestão Haddad, facilitou a articulação entre as secretarias municipais necessárias para que TransCidadania pudesse assumir um caráter e política transversal. O arranjo envolveu, além das já citadas, as secretarias da Saúde, Educação, de Políticas para Mulheres e de Assistência e Desenvolvimento Social.

Foram distribuídas entre as secretarias a execução das ações já previstas em leis municipais e federais, como o oferecimento de tratamento hormonal para pessoas transexuais, o respeito ao uso do nome social nas escolas municipais. Também houve ações inter-secretarias como a criação de uma unidade de atendimento exclusivo para tratamento hormonal; criação da Casa Florescer,

de acolhida para mulheres transexuais e travestis; a formação de equipe técnica multidisciplinar para acompanhar diretamente as beneficiárias do programa, além do apoio especializado às escolas em que as participantes do programa eram matriculadas.

Apesar disso, houve setores administrativos que precisaram ser sensibilizados para desfazer eventuais resistências ao programa.

“a construção deste processo de sensibilização foi gradual e encontrou resistências para a constituição das parcerias. Foram necessários nesses casos que a equipe do Programa insistisse no estabelecimento de contato e encontros com os profissionais (...) para que estes fossem ouvidos, e a proposta do Programa fosse apresentada, assim como as formas de trabalho em relação ao acompanhamento. O objetivo desses encontros foi contribuir para a desconstrução de perspectivas discriminatórias e fragmentadas, presentes na lógica setorial. (CPLGBT , 2016)

A participação da sociedade civil organizada foi outro aspecto fundamental para as ações do programa. A organização civil Kononia, entidade ecumênica de serviços que esteve durante todo o processo de implementação do programa, auxiliou nos cursos de formação cidadã, articulando outros grupos sociais para auxiliar no desenvolvimento do programa. Entre eles, o Grupo de Estudos de Direitos e Sexualidade, da Faculdade de Direito da USP (GEDS), o Centro de Dança de São Paulo, a UNEAFRO e o Grupo Lampeoa.

A transversalidade que caracterizou o programa se diferencia da pura intersectorialidade ou multisetorialidade, por estar relacionada com o cumprimento das ações específicas que cada ator executa dentro de um conjunto mais amplo de objetivos. Nesse sentido, conforme Serra (2004: 2), a transversalidade não se reduz a mera formalidade burocrática de inclusão de diversos setores.

As diretrizes do programa evidenciam os quatro pilares sob os quais o Trans-Cidadania, inicialmente se desenvolveu: redistribuição de renda mediante a capacitação escolar e profissional, ações de enfrentamento do preconceito e discriminação contra Transexuais no uso do nome social, capacitação dos servidores públicos e a promover a formação cidadã para o exercício da cidadania. O decreto municipal nº 55.874 que o criou já previa as responsabilidades das secretarias e parcerias envolvidas. Coube à SMDHC a competência da SMDHC coordenar o programa:

1. acompanhar e avaliar, em articulação com as demais Secretarias Municipais, a implementação do Programa;
2. encaminhar e auxiliar os beneficiários do Programa na adesão a outros programas e ações públicos e na obtenção de outros benefícios a que possam fazer jus;
3. referenciar equipamentos municipais, em especial das redes de saúde, assistência social e de apoio à mulher, para atendimento e acolhimento de pessoas travestis e transexuais;
4. prestar apoio técnico e financeiro à execução das atividades previstas no Programa.

O decreto de instauração contemplou leis, portarias e decretos que já previam ações referentes a garantia de direitos de travestis e transexuais, além de trazer ao âmbito municipal ações, como a responsabilidade da rede municipal de saúde em atender a Portaria no 2.803 de 19 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que prevê que os equipamentos municipais de saúde devem ofertar a terapia hormonal pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O decreto de criação do programa previu a responsabilidade de celebrar convênios e parcerias para os participantes do TransCidadania, dentro do Programa Operação Trabalho (POT). Sobre responsabilidade da SMDTE, o POT promove aos participantes do programa capacitação profissional para reinserção ao mercado de trabalho.

O decreto de criação do programa também estabeleceu a inclusão nos censos de classificações quanto à orientação sexual e à identidade de gênero. Tal medida tem grande importância para subsidiar o desenho de políticas públicas que atendam à população trans*. O decreto ainda prevê que todas as unidades da administração municipal, direta e indireta, que prestem atendimento ao público fixem placas contra a discriminação ao uso do nome social.

Por meio das atribuições do decreto, coube a Coordenadoria de Política LGBT solicitar a Secretaria Municipal de Educação (SME) o efetivo cumprimento da inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados pela administração pública. Com isso, as pessoas trans* passaram a ser tratadas pelos seus nomes sociais em todas as escolas do município. Essa medida promove a prevenção contra atos discriminatórios com foco na orientação sexual e identidade de gênero no ambiente escolar, que se associam à evasão escolar.

O programa buscou não determinar de maneira unilateral qual escola as participantes do programa seriam matriculadas. Antes, levou em consideração a preferência de localização, considerando a região que as pessoas trans residiam. As escolas que receberam as participantes foram beneficiadas com cursos de capacitação em humanização, direitos civis e abordagem sobre vida cotidiana das travestis e transexuais. Isso proporcionou aos professores e funcionários ferramentas para que pudessem acolher as participantes, evitando situações de estranheza e hostilidade. Esse foi um passo essencial para o sucesso do programa, uma vez que a discriminação e violência dentro das escolas são duas das principais causas do acentuado abandono escolar de travestis e transexuais. Para as participantes, foram oferecidos tratamento psicossocial e pedagógico nas escolas, de modo a apoiá-las em suas dificuldades.

Diferentemente de outros programas da SMDHC, o programa TransCidadania, durante os dois primeiros anos (2015 – 2016), teve uma Coordenação específica para o desenvolvimento do programa composto por uma coordenadora, uma auxiliar de coordenação, uma assistente administrativa, além da equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, pedagogas, psicólogas e advogados. A coordenação em particular, tinha também a missão de articular as parcerias que proporcionam auxílio nas demandas levantadas pelo programa transcidadania.

A articulação entre a gestão do programa, secretarias, OSCs na estruturação, no processo de tomada de decisões e no desenvolvimento do programa, contribuiu para que o mesmo assumisse um caráter autenticamente transetorial e multidisciplinar.

“A gente construiu. Fazia de uma forma, se reunia, não deu certo, vamos mudar, agora vai ser desse jeito, a gente veio construindo isso”. (Millena Wanzeller, ex-auxiliar de coordenação do programa TransCidadania).

“A discussão de casos é feita pelas trabalhadoras psicóloga, assistente social e pedagoga, que levam alguns casos para serem discutidos na reunião geral, onde as decisões são tomadas coletivamente. As profissionais validam e reconhecem a importância da equipe multidisciplinar para os processos de trabalho. Sobre o trabalho multidisciplinar, pra mim é fantástico. Tem entraves? Óbvio. São teorias, são metodologias que são muito distintas. Mas é isso, o que nos enriquece é o trabalho multidisciplinar, é um complementando o outro” (Cíntia Spíndola, ex-assistente social do programa TransCidadania).

“Essa coisa do coletivo, vamos decidir juntos, vamos fazer juntos, dá muito trabalho, mas quando sai o resultado, é outro. O trabalho é construído coletivamente, ele não é construído individualmente” (Gabriela Oliveira, ex-assistente social do Programa Transcidadania).

Os gestores do TransCidadania destacaram que o arranjo transsetorial e multidisciplinar envolvendo profissionais de funções e órgãos diferentes foram fundamentais para o programa.

Pese sua inovação, quer seja por olhar para uma população invisível, quer seja pela forma que foi desenhado e executado, pairam muitas incertezas sobre o próprio futuro do programa, face a situação de vulnerabilidade que vivem as pessoas trans* e os desafios que ainda precisam ser superados.

Você é travesti, você tá em situação de vulnerabilidade, é uma coisa assim, que não tem (Pausa para respiração) ... Umas em mais e outras em menos... Eu estou nesse espaço, mas quando o TransCidadania acabar eu volto pra esquina, igual a todas elas. Até que ponto eu sou menos vulnerável que elas? (Symmy Larrat, ex-coordenadora do programa TransCidadania).

Cabe dizer que o desde que o programa foi criado atendeu a 221 pessoas trans*. Isso corresponde a uma parcela ainda muito pequena da população trans* em situação de vulnerabilidade. No entanto, o programa tem uma grande importância por ter sido o primeiro – possivelmente no mundo – a conseguir fazer uma abordagem tão multifacetária dos problemas que afligem às pessoas trans*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E SUPERAÇÕES

A complexidade da realidade social desafia modelos de gestão de políticas públicas tradicionais para atender demandas da sociedade. No caso das populações que vivem cotidianamente em situações de vulnerabilidade e risco, a eficiência da ação do estado pode determinar inclusive a vida e morte de pessoas. Problemas complexos exigem uma ação igualmente complexa do governo, que envolva a colaboração e compartilhamento de recursos e habilidades.

Buscamos nesse texto, não apenas apresentar como se deu o TransCidadania na prática, mas também refletir sobre um novo modelo de gestão de políticas públicas.

Este programa só foi possível devido um conjunto de ações articuladas numa conjuntura política onde as pautas de pessoas trans* ganharam mais visibilidade, embora as soluções e ações ainda caminhem a passos mais lentos que a urgência da demanda. Nesse conjunto de ações, os princípios da transversalidade se deram desde a decisão do chefe do executivo municipal que o programa TransCidadania fosse parte fundamental do seu programa de gestão. Igualmente importante foi a criação da nova Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, que teve como objetivo principal mudar as formas de gestão e participação social e para isso colocou a frente uma equipe especializada que compartilhava de uma mesma visão de horizontalidade, transversalidade e participação social. A sensibilização por parte da equipe responsável por coordenar a ação e principalmente para garantir seu funcionamento com as parcerias desenvolvidas com a sociedade civil é outro elemento a ser destacado.

Como vimos, a transversalidade foi importante na fase de formulação e de implementação do programa, mas além disso o comprometimento político da gestão municipal foi igualmente fundamental. O estabelecimento e o investimento de recursos em um programa com tais características, demanda um contexto político progressista, que venha acolher a importância de discutir gênero e os direitos a ele associados de forma madura e honesta.

Deste modo, é nítido que o TransCidadania se tornou um programa inovador por ir além de promover o debate de gênero e cidadania e agir de forma concreta na inclusão social a partir dos problemas enfrentados no dia-a-dia da população trans*.

Então assim, muitas meninas saíram da rua, muitas conseguiram alugar um quarto-sala, um banheirinho, muitas puderam ter um pouco mais de dignidade, muitas puderam escolher a rua ou o trabalho e o estudo. Então dizer que não é importante, que não foi importante, é uma grande mentira. É importante, principalmente pra quem passou séculos e décadas, e décadas sem ser vista, achando que o único lugar da gente é rua, camisinha e gel. (Aline Marques, Ex-aluna da turma de 2015 - 2016)

REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (2016). Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm (visitado em 30 de julho de 2017).

Bandeira, L. (2005) Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPAL, SPM.

Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, 19 (2), 549.

Bento, B.; Pelúcio, L. (2016). Vivências trans: desafios, dissidências e conformações. *Estudos Feministas*, 20(2), pp. 485-488.

_____. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, 20(2), pp. 569-581.

Cooke, Philip (2012). Relatedness, Transversality and Public Policy in Innovative Regions, *European Planning Studies*, Vol. 20, Iss. 11.

Coordenadoria de Políticas LGBT (2016). Transcidadania: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador. Dez, 2016. São Paulo. SP

Facchini, R. (2016) Diversidade sexual e de gênero e violência: situando reflexões e pesquisas, 12/2016, "Gênero e diversidade sexual: percursos e reflexões na construção de um observatório LGBT", Capítulo, ed. 1. Salvador: Editora Pontocom, pp.27-42.

Harris, E; Wise, M; Hawe, P; Finlay, P; Nutbeam, D (1995) Working together: intersectoral action for health. Australian Government Publishing Service, Canberra.

Jaafar, S; Suhaili, M. R.; Mohd, Noh K.; Ehsan, F.Z.; Lee, F.S. (2007) Malaysia: Primary health care key to intersectoral action for health and equity. World Health Organization and Public Health Agency of Canada. Disponível em: <https://goo.gl/fvHbQ4> (visitado em 30 de julho de 2017).

Lanz, L. (2006). Dicionario de Gênero. Curitiba: Transgente.

Lock, K., & McKee, M. (2005). Health impact assessment: assessing opportunities and barriers to intersectoral health improvement in an expanded European Union. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 59(5), 356-360.

Macedo, M. dos S. (2008) Políticas sociais e diversidade: o desafio de transversalizar gênero e raça. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, V. 17, p. 1155-1165, jan/mar.

Natalino, M. A (2009). Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias. In: BRASIL. Secr. de Assuntos Estratégicos da Pres. da República. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*, vol. 3. Brasília: IPEA, 2009.

Public Health Agency of Canada (2007) Crossing sectors: experiences in intersectoral action, public policy and health. Public Health Agency of Canada, Ottawa.

Rudolph, L. B., Caplan, J., Mitchell, C., Ben-Moshe, K., & Dillon, L. (2013). *Health in All Policies: improving health through intersectoral collaboration*. Institute of Medicine of the National Academies.

Prefeitura de São Paulo. (2016) Balanço Programa TransCidadania. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, julho de 2016.

_____. (2004) Decreto, No 44.484, de 10 de março de 2004. 10 de março de 2004, 451o da fundação de São Paulo. Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 10 de março de 2004.

_____. (2015) Decreto, No 55.874, de 29 de Janeiro de 2015. 462o da fundação de São Paulo. Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 29 de janeiro de 2015.

_____. (2015) Deliberação Conselho Municipal de Educação CME nº 08/15 – DOC 29/01/15 - Dispõe sobre a inclusão e uso de nome social de travestis e transexuais nos registros escolares das unidades. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/22172.pdf> (p. 107-8) (visitado em 30 de julho de 2017).

_____. Deliberação Conselho Estadual de Educação (CEE) No 125/2014 (2014). Inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/2WnExA> (visitado em 30 de julho de 2017).

Serra, A. (2005). La gestión transversal. Expectativas y resultados. *Revista del clad Reforma y Democracia*, (32), junho, Caracas.

Shannon, M. A., & Schmidt, C. H. (2002). Theoretical approaches to understanding intersectoral policy integration. *Cross-Sectoral Policy Impacts on Forests*, 46, 15-26.

Silva, T. D. (2011, setembro). Gestão da Transversalidade em Políticas Públicas. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 35.

Solar, O; Valentine, N; Albrech, D; Rice, M. (2009) Moving forward to Equity in Health: what kind of intersectoral action is needed? An approach to an intersectoral typology. In: 7th Global Conference For Health Promotion, Nairobi, Kenya

Torgersen, TP; Giæver, Ø; Stigen, O.T. (2007) Developing an intersectoral national strategy to reduce social inequalities in health—the Norwegian case. World Health Organization. Disponível em: http://www.who.int/social_determinants/resources/isa_national_strategy_nor.pdf (visitado em 30 de julho de 2017).